

Prazo para os credores aceitarem o novo acordo: 15 de novembro.

Mas os bancos já começam a discutir os empréstimos ao Brasil

O comitê de assessoramento deverá enviar imediatamente a bancos de todo o mundo mensagem solicitando adesão até o dia 15 de novembro ao pacote de 6,5 bilhões de dólares em novos empréstimos bancários para o Brasil.

O pedido irá em nome do comitê chefiado por William Rhodes, do Citibank, e do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, segundo informaram fontes do mercado.

A diretoria-executiva do FMI deverá reunir-se em meados de novembro (talvez dia 18) para examinar a nova carta de intenção que o Brasil entregou a instituição recentemente. Na carta, o Brasil fixa novas metas para o seu programa de ajustamento e pede dispensa dos critérios de desempenho de que se desviou, a fim de poder receber as parcelas dos empréstimos do FMI, cujos desembolsos foram suspensos.

A mesma fonte disse que, a seu ver, não será difícil conseguir a adesão de um número suficiente de bancos, mas a instituição que representa gostaria de ver, a partir de novembro, uma discussão mais profunda das necessidades a longo prazo do Brasil, a fim de se escapar da pressão do curto prazo.

Uma outra fonte disse a este jornal que os grandes bancos têm pressionado os menores para que participem do pacote. Segundo afirmou, um pequeno banco canadense foi instado por um grande banco norte-americano, que é seu acionista, a cortar suas linhas de crédito para a Holanda e dedicá-las ao Brasil, por exemplo.

O acordo

O acordo "em princípio", anunciado pelo comitê dos bancos e pelo FMI, anteontem à noite, espelha um quadro básico das necessidades adicionais do Brasil para fechar suas contas este ano e em 1984, além do que já entrou e presumivelmente entrará das mesmas fontes e de outras.

Nas últimas semanas, governo, FMI e bancos haviam chegado à conclusão, pelo menos aproximada, de que o Brasil precisará de mais 4,5 bilhões de dólares este ano, além do que foi contratado no projeto 1 (jumbo de 4,4 bilhões), do que acabou ficando das linhas de créditos comerciais privadas (projeto 3) e dos depósitos interbancários (projeto 4), e do que entrou e está previsto entrar de outras fontes, como FMI, organismos multilaterais, créditos de fornecedores e investimentos diretos.

O número 4,5 bilhões é bastante próximo do que o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, apresentou ao comitê de assessoramento numa de suas primeiras reuniões. Como este jornal anunciou na época, aquele número era 4,2 bilhões de dólares. Isso não era o que o sr. Langoni esperava obter dos bancos em dinheiro novo, mas sim o que esperava conseguir dos bancos privados e de outras fontes, presumivelmente oficiais.

Galvêas confirma

Numa entrevista à imprensa ontem, o ministro Ernane Galvêas confirmou que, do pacote de 11 bilhões anunciado, 4,5 bilhões destinariam a 1983.

Em documento recente em poder dos bancos, o cálculo que se fazia da divisão dos 4,5 bilhões de dólares era o seguinte: 3,5 bilhões dos bancos privados, 300 milhões de créditos ou garantias de créditos comerciais concedidos por governos e 700 milhões de refinanciamento pelo Clube de Paris (também governos).

Mas esses cálculos se baseavam no que o próprio FMI julgava que deveria ser a contribuição dos bancos, isto é, 3,5 bilhões em 1983 e 3,5 bilhões em 1984. Como os bancos agora disseram que, em princípio, concordariam em dar apenas 6,5 bilhões para o restante deste ano e o próximo, a contribuição deles para este ano deve diminuir para 3 bilhões ou 3,25 bilhões (como mencionou fonte oficial), sendo a diferença mencionada por créditos oficiais.

No ano que vem

Para 1984, a situação era vista da seguinte maneira, pouco antes do acordo anunciado, segundo as mesmas fontes: o Brasil precisaria de 6,7 bilhões além e acima do refinanciamento de 5,5 bilhões de dólares de amortizações privadas, de créditos comerciais privados, de depósitos interbancários, de créditos de fornecedores e de investimento direto, do FMI e das agências multilaterais. Portanto, esses 6,7 bilhões de dólares seriam cobertos por dinheiro novo dos bancos (3,5 bilhões), por 1,7 bilhão de créditos ou garantias de créditos comerciais fornecidos pelos governos amigos (Eximbank, etc.), pela prorrogação do pagamento de 1,3 bilhão de dólares devido a governos através do Clube de Paris, e 200 milhões de dólares num empréstimo do Banco Mundial adicional aos previstos.

Bem, 4,5 bilhões mais 6,7 bilhões dá 11,2 bilhões de dólares. Acontece que, quando o pacote de anteontem foi anunciado, fonte do FMI mencionou 11 bilhões de dólares, ao todo, para o restante deste ano e para o próximo ano, assim divididos: 6,5 bilhões dos bancos privados, 2,5 bilhões em créditos e garantias de créditos dos governos e 2 bilhões em refinanciamento do Clube de Paris. O que entrasse do Banco Mundial seria por cima disso, explicou a fonte.

Excluindo-se os 200 milhões de dólares adicionais do Banco Mundial, a diferença principal entre os dois pacotes é que a "queda" de 500 milhões de dólares na contribuição dos bancos privados foi compensada pelo aumento de 500 milhões de dólares na contribuição dos governos, através de créditos e garantias de créditos ou outra forma qualquer que quiserem usar.

Na sua entrevista de ontem à imprensa, no Hotel Sheraton, o ministro Ernane Galvêas disse que os 6,5 bilhões de dólares que o comitê liderado por William Rhodes se comprometeu a tentar extrair de cerca de 800 bancos espalhados pelo mundo "é uma cifra razoável". Há quem ache, no próprio governo, que o total de 11 bilhões adicionais fica aquém das necessidades do País. Mas Galvêas afirmou que essa é uma hipótese básica de trabalho.

Agora, pressa.

O ministro da Fazenda disse ser preciso, agora, acelerar os desembolsos, já que os atrasados do País somam pelo menos 2,5 bilhões de dólares.

Quando se perguntou, ao ministro, se ele achava haver possibilidade de algum dinheiro ser desembolsado pelos bancos antes de o acordo com o FMI ser aprovado formalmente pela diretoria executiva da instituição, ele disse que sim, mas não parecia muito convencido. Galvêas disse não haver condições específicas que teriam de ser obedecidas para que ocorresse o desembolso antes da decisão do FMI, prevista para meados de novembro. "Tem de haver conversas", afirmou.

Também não seria o caso de o País receber um novo empréstimo-ponte dos bancos privados. "Se os bancos quisessem antecipar sua ação, os desembolsos viriam do projeto 1", comentou. O desembolso das parcelas do jumbo, aprovado no início do ano, foi suspenso, juntamente com as do FMI.

Galvêas pareceu estranhar a tempestade em copo d'água provocada pela suposição de que o FMI está decidindo sobre quem dá e quem recebe, e pelo fato de que o diretor-gerente do Fundo se avistou com os banqueiros sem a presença de brasileiros. Galvêas explicou que eles têm coisas a decidir entre eles. "Há coisas que temos de decidir do nosso lado e algumas que temos de decidir em conjunto", continuou. Para ele, seria até constrangedor se houvesse brasileiros na reunião de anteontem no FMI.

A. M. Pimenta Neves, correspondente

Nossas queixas contra o protecionismo

O Brasil é um parceiro leal e confiável, mas não pode equacionar os efeitos dessa crise esmagadora se não puder aumentar substancialmente seu comércio", afirmou ontem o ministro da Fazenda do Brasil, Ernane Galvêas, discursando perante centenas de empresários brasileiros, europeus e norte-americanos, no almoço promovido anualmente pelo Brasilinvest. "Nossos principais parceiros comerciais são exatamente aqueles que são nossos credores. Assim como pudemos expandir substancialmente nossa cooperação na área financeira, na década passada, devemos agora unir esforços para que possamos superar a atual crise pela via do comércio."

A tônica de Galvêas não foi essencialmente diversa da de Martin Feldstein, o chefe dos conselheiros econômicos do presidente Ronald Reagan, que foi o outro orador do almoço. Feldstein afirmou que a chave está no aumento das exportações, mas advertiu os interessados — leia-se o Brasil — de que o ajustamento dependerá das políticas domésticas, de que a participação dos bancos privados de fato diminuiu mas que os governos dos países industrializados terão que oferecer assistência suplementar para a superação dos problemas. O economista de Reagan fez ainda um comentário favorável às teses brasileiras: os bancos devem sacrificar um pouco os juros nas negociações.

O ministro da Fazenda brasileiro abriu seu pronunciamento culpando a recessão no mundo industrializado, a deterioração dos termos de intercâmbio comercial e o aumento das taxas de juros — além naturalmente da questão do petróleo pela dimensão dos problemas do déficit em contas correntes dos países importadores de petróleo. Como alternativas, referiu-se ao comércio e à assis-

tência financeira, e chegou a elogiar o sistema bancário por ter demonstrado "ampla capacidade de organizar a reação às crescentes pressões da crise. Deixaram de existir, para a comunidade bancária, os atemorizantes riscos de um colapso do sistema". Mais crédito, porém, prosseguiu Galvêas, é uma reivindicação urgente, seja para estabelecer esquemas financeiros viáveis, seja para financiar o comércio.

O ministro da Fazenda e seu anfitrião, Mário Garnero, presidente do Brasilinvest, insistiram na viabilidade da economia brasileira. Disse Galvêas que "fomos capazes de construir a mais importante civilização e a maior e ainda mais promissora economia do Hemisfério Ocidental". Acrescentando que "as agudas dificuldades por que está hoje o País atravessando são temporárias, não representando um caso de insolvência ou de desespero". Para Garnero, "estamos longe de ser um país falido, debilitado ao extremo, sem forças para se renovar e se reafirmar". Antes, afirmou a inconveniência de "criar condições para uma crise generalizada no Brasil, pelo simples temor, por desconfianças excessivas, pela ausência de apoio e de colaboração". Em advertência aos credores.

Segundo Galvêas, é essencial resolver os problemas via comércio e união de esforços, "pois sua ausência produziria uma situação de caos tanto para os países devedores como para os países credores". Em seu discurso, disse ainda que o Brasil perdeu US\$ 10 bilhões por ano em face da recessão no mundo desenvolvido, recordando que "a participação dos produtos brasileiros no conjunto global das importações norte-americanas não ultrapassa o ridículo nível de 1,5%".

Fábio Pahim Jr., enviado especial.